

11 DE JULHO DIA NACIONAL DE LUTA

*Paralisação no período da manhã
Concentração às 8h na sede do Sindicato*

O Sindema convoca os/as trabalhadores/as do serviço público de Diadema e a população em geral para saírem às ruas e promover uma paralisação, passeata e ato em 11 de julho.

Vamos nos unir aos manifestantes de todo o país e exigir do governo e do Congresso Nacional medidas para aprovar e por em prática as reivindicações que constam da nossa pauta trabalhista. Lutamos por um Brasil melhor, com serviço público de qualidade, distribuição de renda e justiça social.

O 11 de julho foi definido pelas centrais sindicais – além da CUT, a CSP-Conlutas, Força Sindical, CTB, UGT, NCST, CGTB, CSB – e movimentos sociais como um dia de greves, paralisações e manifestações de rua, para cobrar do governo e dos patrões o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora.

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES/AS

- 10% do Orçamento da União para a Saúde
- 10% do PIB para a Educação
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário
- Suspensão dos Leilões de Petróleo
- Transporte Público e de qualidade
- Contra o PL 4330 sobre terceirização
- Fim do Fator Previdenciário
- Reforma Agrária



Trabalhadores/as do serviço público de Diadema: Junto com o povo, por uma vida melhor!

As soluções de grande parte dos problemas do serviço público dependem de decisões dos governos federal, estadual e municipal.

A juventude e o povo brasileiro estão indo às ruas para reivindicar serviços públicos de qualidade: Saúde, Educação, Transporte, Segurança. Devemos fortalecer este processo de lutas, pois estas são as bandeiras da nossa categoria e sabemos muito bem o que é preciso mudar nas políticas públicas e sociais para que estas legítimas reivindicações populares sejam de fato alcançadas.

Aqueles que saem para as ruas de todo o Brasil querem um salto de qualidade nas políticas públicas, bandeiras pelas quais lutamos ano a ano. São greves na educação, na saúde, nos serviços públicos federal, estadual, municipal e que reivindicam melhoria nas condições de trabalho, na valorização salarial e profissional.

Sabemos que é preciso mais recursos financeiros, mas só isto não basta. Para um serviço realmente público é preciso o fim das terceirizações, contratação de pessoal por concurso público em todas as áreas, fim da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, valorização salarial e planos de carreira, redução da jornada de trabalho sem redução de salários. E uma nova concepção de políticas sociais que varra todo o entulho neoliberal e mercantil que predomina no setor público.

É hora de tornar esta luta uma só, no Brasil e na nossa cidade.



Somente mais recursos federais resolvem os problemas da Saúde de Diadema?



Sabemos que mais recursos são fundamentais e urgentes para a área da Saúde. Porém, só dinheiro para a Saúde não resolve o problema, pois a direção da Secretaria da Saúde se mostra incapaz de articular uma proposta para os/as trabalhadores/as e para a população de Diadema.

Nestes seis meses de gestão, o que vimos foi desrespeito aos direitos aos/as trabalhadores/as, perseguições, ataques caluniosos na tentativa de colocar a população contra

os/as servidores/as, demissões em massa de médicos e uma crescente desorganização dos serviços.

Temos, portanto, uma luta contra estas arbitrariedades que vão além das pautas gerais. Em Diadema, além de mais recursos, precisamos de respeito, democracia, competência e transparência na gestão.

Em mais uma atitude de desprezo com os/as trabalhadores/as da Saúde, o secretário não atendeu às solicitações do Sindicato para discutir a Pauta da Saúde aprovada pela categoria há mais de três meses.

Como o Secretário não cumpre com as suas obrigações, vamos entregar a Pauta diretamente ao Prefeito, que esperamos tome providências e cumpra as promessas de diálogo e negociação. Ou será a Secretaria da Saúde uma “prefeitura” à parte?

Não à terceirização!

PL 4330 – Ataque aos direitos dos trabalhadores e ao serviço público

Com o argumento de regulamentar a terceirização, o PL do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) que tem o parecer favorável do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados é uma ameaça aos direitos da classe trabalhadora.

Ao permitir a terceirização na atividade-fim – a principal da empresa –, o texto possibilita que possa funcionar sem nenhum trabalhador contratado diretamente. Além disso, o PL praticamente extingue a responsabilidade solidária, aquela em que a tomadora de serviços fica responsável por quitar obrigações trabalhistas não cumpridas pela terceirizada.

O PL 4330 também “libera” a terceirização para todos os setores do serviço público.

A CUT e os sindicatos cutistas querem varrer o projeto do Congresso e não aceitam discutir a regulamentação dos terceirizados a partir do texto que aprofunda a precarização. Esta também é uma das metas do Dia Nacional de Mobilização.